

DINÂMICA ECONÔMICA E HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL ENTRE 2003 E 2015

Economic dynamics and structural heterogeneity of the Northeast Region of Brazil between 2003 and 2015

Flaviana Candido Oliveira

Economista (UFRRJ). Mestre em economia (UFF). Doutoranda em Economia (PPGE/UFF). Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis, S/N, Bloco F, Campos do Gragoatá, São Domingos, CEP: 24210-201, Niterói, RJ, Brasil. flaviana_can@hotmail.com

Danielle Carusi Machado

Economista (UFRJ). Doutora em economia (PUC-RIO). Professora Associada da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis, S/N, Bloco F, Campos do Gragoatá, São Domingos, CEP: 24210-201, Niterói, RJ, Brasil. danicarusimachado@gmail.com

Fernando Augusto Mansor de Mattos

Doutor em economia (UNICAMP). Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis, S/N, Bloco F, Campos do Gragoatá, São Domingos, CEP: 24210-201, Niterói, RJ, Brasil. fermatt1@hotmail.com

Resumo: Nos primeiros treze anos do século XXI, a economia brasileira apresentou uma dinâmica econômica positiva, com a retomada do crescimento econômico, com mais inclusão social, resultado associado às melhorias no cenário externo e às iniciativas internas de políticas econômicas. Desta conjuntura econômica, beneficiou-se, especialmente, a região Nordeste do Brasil, que exibiu melhores resultados do que a média nacional, em diversos indicadores. Tal desempenho suscitou o debate da questão regional em torno de possíveis evidências de transformações na economia e na sociedade nordestina. Dessa forma, o presente trabalho teve como objetivo central analisar o comportamento da estrutura produtiva da região Nordeste, no período de 2003 a 2015, com foco na evolução da composição setorial do Valor Adicionado Bruto a preços básicos (VABpb), da ocupação e do nível de produtividade do trabalho. Nas conclusões da pesquisa, confirmou-se a hipótese de que, apesar do dinamismo econômico mais promissor exibido pela economia nordestina, não houve mudança estrutural na estrutura produtiva da região. A metodologia utilizada consistiu na realização de análise de estatística descritiva para os dados extraídos da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) e do Sistema de Contas Regionais (SCR), interpretando-os à luz da categoria de heterogeneidade estrutural.

Palavras-chave: Desigualdade regional; estrutura setorial; produtividade do trabalho; heterogeneidade estrutural.

Abstract: During the first thirteen years of the twenty-first century, the Brazilian economy presented a positive economic dynamic, with the resumption of economic growth, with more social inclusion, a result associated with improvements in the external scenario and internal economic policy initiatives. This economic situation has benefited, especially, the Northeast Region of the country, which showed better results than the national average, in several indicators. This performance sparked the debate on the regional issue around possible evidence of changes in its economy and society. Thus, the main objective of this article is to analyze the behavior of the productive structure of the Northeast region, between 2003 and 2015, focusing on the evolution of the sectoral composition of the Gross Value Added at basic prices (GVA), of occupation and of productivity. The conclusions of the research, confirmed the hypothesis that, despite the most promising economic dynamism displayed by the Northeastern region economy, there was no structural change in the productive structure of the region. The methodology used consisted in performing an analysis of descriptive statistics for the data extracted from the National Household Sample Survey (PNAD) and the Regional Accounts System, interpreting them under the concept of structural heterogeneity.

Keywords: Brazilian regional inequality; sectoral structure; labor productivity; structural heterogeneity.

1 INTRODUÇÃO

Com a inflexão econômica registrada no Brasil, no início dos anos 2000, foi implementado um novo padrão de crescimento econômico no país, pautado na produção e no consumo de massa, integrando crescimento e inclusão social. Neste contexto de ciclo expansivo do cenário econômico nacional, a região Nordeste do Brasil foi amplamente beneficiada. Destacou-se para a região, além de taxas de crescimento do produto e produto per capita acima da média nacional, um dinamismo mais acelerado para outros indicadores importantes da estrutura setorial, ocupacional, de rendimento e pobreza, o que suscitou debates sobre as mudanças que ocorreram na região, a partir de 2003.

Diante da configuração de um momento histórico especialmente relevante para a região Nordeste, buscou-se compreender melhor a trajetória da estrutura produtiva da região, por meio da análise do comportamento dos indicadores relacionados à estrutura setorial, no período de 2003 a 2015. Tornou-se interessante, nesta análise, identificar quais setores, ou subsetores, modificaram a participação no VABpb e na absorção de trabalhadores, assim como observar os destaques setoriais em relação às mudanças nos níveis de produtividade do trabalho. Com isso, espera-se obter um melhor detalhamento do dinamismo setorial e averiguar as características mais gerais das mudanças na estrutura produtiva nordestina promovida entre 2003 e 2015, interpretando-as à luz da categoria de heterogeneidade estrutural. Nesse sentido, foi de particular interesse averiguar se houve movimento de mudança do quadro histórico da região Nordeste, marcado pela predominância de atividades de baixo valor agregado, de elevados diferenciais de produtividade entre os setores (inter e intrarregional), de concentração de mão de obra no setor agrícola e nos subsetores de serviços de baixa produtividade.

Com este trabalho, investigou-se a hipótese de que não ocorreram transformações estruturais significativas na atividade econômica nordestina, no período em tela, obtendo-se, assim, um quadro ilustrativo da permanência da heterogeneidade estrutural na estrutura produtiva da região, que pouco se modificou, ao longo do período de análise. A utilização do conceito de

heterogeneidade estrutural e de seus indicadores, por outro lado, pretendeu conferir originalidade à análise, uma vez que outros trabalhos, como Araújo, T. (2013, 2014), Banco do Nordeste do Brasil (BNB, 2014), Guimarães Neto (2014) e Araújo, J. (2017) foram elaborados tomando por referência os dados de produção e/ou de ocupação durante o ciclo expansivo da primeira década de 2000, mas quase sem levar em conta o conceito de heterogeneidade estrutural.¹

Com a análise do comportamento da estrutura produtiva da região Nordeste, entre 2003 e 2015, este trabalho busca, portanto, contribuir para o entendimento da complexidade da região, frente à conjuntura do período em tela e às questões suscitadas no debate atual.

2 HETEROGENEIDADE E MUDANÇA ESTRUTURAL: UMA INTERPRETAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE, NOS ANOS 2000

No sistema capitalista, a heterogeneidade no nível de desenvolvimento econômico entre diferentes espaços geográficos perpassa pelas suas características de produção, ou seja, pela composição e pelo desempenho de suas estruturas produtivas. Essa heterogeneidade não se restringe à atividade produtiva (composição setorial), sendo também observada em outras dimensões, como nos indicadores sociais, de renda, de mercado de trabalho, entre outros. A economia brasileira, por exemplo, ainda conserva uma estrutura econômica com acentuada concentração regional de produção, de riqueza e de renda. Em termos macrorregionais, as regiões Norte e Nordeste persistem em condições de acentuado atraso relativo, em termos de participação na atividade produtiva, no nível de produtividade do trabalho,

1 Foram encontrados poucos trabalhos empíricos sobre análise setorial e produtividade do trabalho em escala regional, com dados a partir de 2000, diferentemente de trabalhos sobre estrutura ocupacional e perfil de rendimentos. Um dos exemplos é Mattos e Martignoni (2012), cuja análise peca por excessivo otimismo acerca dos movimentos dos indicadores socioeconômicos da região Nordeste, na primeira década de 2000. O conceito de heterogeneidade estrutural utilizado no presente trabalho tem origem em trabalho seminal de Pinto, em 1969, sobre o tema (PINTO, 2000). Também aproveita a recente contribuição dos estudos da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), que recoloca em tela o conceito para discutir transformações recentes nas economias latino-americanas (CEPAL, 2012).

na distribuição de renda e em diversos outros indicadores socioeconômicos. A condição de heterogeneidade desses indicadores para o Nordeste tem se mostrado historicamente mais profunda, colocando-o em um contexto de subdesenvolvimento econômico mais acentuado, conseqüentemente, com reflexo negativo sobre as condições de vida e trabalho de sua população.

Para as características persistentes dos aspectos de desigualdades na estrutura produtiva, seja entre países ou entre regiões de um mesmo país, como é o caso brasileiro, pode-se buscar um quadro explicativo por meio da categoria de heterogeneidade estrutural, conceito abordado, inicialmente, por Aníbal Pinto, em 1969 (PINTO, 2000),² para países da América Latina. A heterogeneidade estrutural é caracterizada pela coexistência, na mesma economia, de setores produtivos de economias em diferentes estágios de desenvolvimento, apresentando diferenciais significativos de produtividades entre si. Essa característica reflete aspectos da estrutura produtiva de um país, pois as dificuldades para a propagação do progresso técnico impedem a superação da situação de atraso e avanços mais uniformes na economia e na condição de vida da população, perpetuando as lacunas de produtividade (CEPAL, 2014).

Para Gusso, Nogueira e Vasconcelos (2011), o principal objetivo do conceito de heterogeneidade estrutural está em trazer um alerta sobre as diferenças e especificidades básicas presentes - nos planos econômicos, sociais, políticos, tecnológicos etc. - entre espaços geográficos desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Neste sentido, ao se processar, internamente, concentração e maior diversificação produtiva e tecnológica em poucas regiões, diferenciais de produtividades setoriais também são observados entre diferentes escalas territoriais, relegando, portanto, a algumas regiões condições de menor desenvolvimento material (ARAÚJO, 2013; NOGUEIRA; INFANTE; MUSSI, 2014; MATTEO, 2015). Essa característica está reproduzida na economia brasileira, a partir do seu processo de desenvolvimento industrial concentrado, como apontaram os autores em tela. Utiliza-se o quadro conceitual e teórico advindo da hetero-

geneidade estrutural para a investigação da desigualdade regional brasileira e as pífias mudanças estruturais que ocorreram neste aspecto, desde o processo de integração regional.

A Cepal, após a crise de 2008, tem resgatado o debate sobre a heterogeneidade estrutural (com adaptações aos contextos atuais), apontando-a como um entrave ao desenvolvimento dos países subdesenvolvidos e orientando-os a buscarem políticas de desenvolvimento com mudanças estruturais para superar este quadro. Estas mudanças perpassam pela articulação de três elementos principais: geração de taxas mais elevadas de crescimento dos níveis de produtividade, de inovação e do emprego para o conjunto da economia. Uma espécie de “eficiência dinâmica” da estrutura produtiva, pela geração de efeitos agregados sobre o sistema econômico. Neste processo, portando, a dinâmica do emprego deve ocorrer nos setores mais produtivos, gerando qualidade da ocupação, nas formas de inserção e na estrutura salarial (CEPAL, 2012).

Nesse sentido, uma mudança estrutural que conduza um processo de desenvolvimento econômico e social requer uma trajetória de mudança quantitativa e qualitativa dos níveis de produtividade e de emprego para o conjunto da economia. Desse arranjo, a Cepal (2012) definiu diferentes processos de mudança estrutural, tais como: (a) forte, derivada de um processo de crescimento do tipo “círculo virtuoso”, ou seja, crescimento simultâneo do nível de produtividade e emprego acompanhado de redução do hiato tecnológico e de produtividade setorial;³ (b) nula, com trajetória econômica de “círculo vicioso”, que tem por característica dominante baixo crescimento do produto, do emprego e estagnação ou redução da produtividade; (c) limitada a enclaves, que se refere a um padrão de crescimento de “ajuste defensivo”, em que há baixo crescimento da demanda agregada, do produto e do emprego,⁴ e (d) débil, conjuntura de expansão do produto e do emprego puxado por atividades de baixa produtividade, com pouca mudança na estrutura produtiva e na produtividade do emprego (um tipo de crescimento de “absorção de emprego”).

3 Contexto de elevada demanda agregada e ampliação da participação de setores mais produtivos no PIB e na absorção de emprego.

4 Neste modelo de crescimento, a expansão da produtividade e a modernização da atividade produtiva ocorrem em alguns poucos setores, sem característica de difusão tecnológica para o conjunto da economia.

2 Sobre a heterogeneidade estrutural como um aspecto investigativo da desigualdade regional brasileira, ver Araújo, V. (2013), Gusso, Nogueira e Vasconcelos (2011).

Tais características podem ser investigadas para países, regiões e municípios em diferentes contextos econômicos.

A literatura sobre as diferentes fases do desenvolvimento econômico da região Nordeste no século XX destaca que ela chega ao final do século com a estrutura produtiva e o quadro social marcados por acentuada heterogeneidade e atraso em relação ao restante do país. No entanto, mudanças importantes ocorreram na economia brasileira, nos primeiros treze anos do século XXI, comparados ao período de instabilidade e baixo crescimento registrados no país, nas duas décadas anteriores. Enquanto nas décadas finais do século XX ocorreu piora nos indicadores econômicos e sociais do país como um todo, o período seguinte (até 2013) caracterizou-se pela retomada do crescimento econômico, associado a tendências de inclusão social, observando-se um novo padrão de crescimento (BIELSCHOWSKY, 2012; MONTEIRO NETO; CASTRO; BRANDÃO, 2017).

Entre as principais características que distinguem os dois períodos, destacaram-se, nos anos 2000, as melhorias no cenário externo, a retomada da atuação do Estado na economia, a recuperação do dinamismo econômico, as melhorias sociais e no mercado de trabalho. Essa conjuntura teve impactos positivos em todas as regiões brasileiras, mas com algumas assimetrias, em função da heterogeneidade na estrutura produtiva e socioeconômica entre elas e do perfil das políticas priorizadas.

O conjunto de políticas de âmbito nacional em destaque, no período, foi constituído de: (i) políticas macroeconômicas, marcadas pela elevação real do salário mínimo e crescimento da oferta de crédito para o investimento e consumo; (ii) políticas setoriais, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento, e (iii) políticas sociais federais, como Programa Bolsa Família (PBF), Previdência Rural, Benefício da Prestação Continuada (BPC), entre outros.⁵ Além dessas políticas, destacou-se o bom momento das exportações brasileiras (entre 2004 e 2008), em virtude especialmente da demanda externa exer-

cida pela China, que teve efeitos positivos, tanto nas quantidades quanto nos preços. Esses fatores possibilitaram que a economia brasileira exibisse um quadro econômico e social favorável e, com isso, êxito na conciliação de crescimento econômico, com redução da pobreza e melhorias na distribuição de renda (BIELSCHOWSKY, 2012; ARAÚJO, 2013; RESENDE et al., 2014; MONTEIRO NETO; CASTRO; BRANDÃO, 2017).

Para Bielschowsky (2012), essas políticas definiram um novo padrão de produção e crescimento para a economia brasileira, com base no modelo de produção e consumo de massa. Isso favoreceu mais expressivamente as regiões Norte e Nordeste, em suas áreas mais pobres, cuja demanda reprimida pode ser estimulada com as políticas sociais e de crédito. Neste sentido, ambas passaram a ter papel preponderante no crescimento do consumo do país.

Os aspectos dinâmicos da economia brasileira e seus reflexos na região Nordeste, sobretudo na primeira década de 2000, foram descritos em diversos trabalhos; entre eles, o de Araújo (2013; 2014), BNB (2014), Resende et al. (2014), Araújo e Trovão (2015), Araújo (2017) e Monteiro Neto et al. (2017). Um primeiro ponto destacado pelos autores foi que, com a consolidação da integração produtiva do Nordeste à economia nacional, a dinâmica econômica da região passou a seguir a tendência do ciclo econômico nacional. As taxas médias de crescimento passaram a oscilar acima ou abaixo da nacional, porém, com a mesma tendência – de elevação e retração em ciclos expansivos e recessivos, respectivamente. O segundo ponto foi mostrar que o aumento da renda média das famílias representou a principal fonte de dinamismo do Nordeste. Esse fenômeno ocorreu em função da consolidação das políticas sociais de transferência de renda, dos sucessivos aumentos reais do salário mínimo, da política de crédito e da redução do desemprego. Destacam-se para esse aspecto, sobretudo, as políticas de transferência de renda e de valorização do salário mínimo, cujos impactos mais expressivos ocorreram na base da pirâmide social e para aqueles cuja remuneração⁶ estava próxima à faixa salarial beneficiada.

5 O BPC foi instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social – Lei nº 8.742/1993. É um benefício assistencial que garante o pagamento de 1 (um) salário mínimo aos idosos com mais de 65 anos de idade e pessoas portadoras de deficiência, incapacitadas de proverem o próprio sustento, com renda familiar per capita inferior a ¼ do salário mínimo.

6 Em relação à remuneração do trabalho e à previdenciária, uma vez que as regiões mais pobres têm um peso relativo muito maior do que as regiões ricas de trabalhadores, pensionistas e aposentados, cuja remuneração é igual a um salário mínimo.

Nesse sentido, o desempenho econômico e social mais acelerado da região Nordeste, que teve início em 2003 e se estendeu até 2013, pôde ser atribuído às políticas públicas nacionais,⁷ e não às políticas regionais ou locais. Com a perda de dinamismo econômico nacional, a partir de 2013, e a reversão do ciclo econômico expansivo, culminando com a recessão, que se inicia em 2015, o desempenho econômico da região Nordeste foi alterado, seguindo a tendência nacional (subseção 4.1).

Em síntese, o novo padrão de crescimento nacional traduziu-se, em alguma medida, em estratégia de desenvolvimento regional, em função dos importantes impactos socioeconômicos nas regiões periféricas, em especial na região Nordeste. Este fato contribuiu para fortalecer o debate acadêmico em torno da questão regional, notadamente no que se refere aos avanços e aos limites das políticas públicas de âmbito nacional, na redução dos desequilíbrios regionais.

3 METODOLOGIA

Para descrever o comportamento da estrutura produtiva da região Nordeste, no período de 2003 a 2015, foi feita uma análise descritiva dos dados de composição setorial do VABpb, da composição da ocupação e do nível de produtividade do trabalho por setores de atividade.⁸ A análise foi construída em termos comparativos, com os dados nacionais e com as demais macrorregiões brasileiras.

O período de 2003 a 2015 foi escolhido, sendo feitos alguns recortes para a análise, com os anos de 2003, 2007, 2013 e 2015 selecionados para fixar os seguintes subperíodos:

- a) 2003 a 2007: caracterizado por uma trajetória de forte dinamismo, em que o PIB do Nordeste cresceu, em média, 4,7% a.a. e o do Brasil a 4,5% a.a., segundo dados das Contas Regionais.
- b) 2007 a 2013, também com trajetória de dinamismo econômico relativamente elevada e marcada por maior presença e expansão das políticas setoriais iniciadas em 2007: Programa de Aceleração do Crescimento

(PAC), a reabertura da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a adoção da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

- c) 2013 a 2015: caracterizado por conter um ano de estagnação (2014) e outro de recessão (2015). Subperíodo que permitiu avaliar os primeiros efeitos da desaceleração e o início do processo recessivo da economia brasileira, para mostrar que a dinâmica econômica do Nordeste seguiu a tendência do ciclo nacional.

Como fonte de dados para o VABpb, foi utilizado o SCR (2015), que contém as desagregações por setores de atividades e por unidade federativa. Para a fonte dos dados de pessoal ocupado, foi utilizada a PNAD, igualmente com desagregações por setores de atividades e por unidade federativa.

As variáveis VABpb e VABpb per capita⁹ foram utilizadas como *proxy* do Produto Interno Bruto (PIB) e PIB per capita, respectivamente. A opção em utilizar o VABpb, em detrimento do Produto Interno Bruto (PIB), deve-se à especificidade da disponibilidade dos dados da Conta Produção do SCR. A Conta Produção traz os índices de preços e de volume para cada região e estado, por atividade econômica, possibilitando, portanto, resultados mais condizentes com as características de produção regional e de agregação ao valor real do produto.

As taxas de crescimento registradas por estas variáveis foram utilizadas para ilustrar o comportamento dinâmico do PIB e PIB per capita, respectivamente, entre o Nordeste e as demais regiões. Também foram calculadas as taxas de crescimento populacional, que, para além do propósito de ilustrar o comportamento demográfico entre as regiões brasileiras, buscou evidenciar seu fator contributivo para o comportamento do VABpb per capita na região Nordeste, no período de análise.¹⁰

9 O cálculo do VABpb não inclui os impostos líquidos de subsídios; portanto, seus valores se diferem um pouco do PIB. No entanto, o uso do VABpb não compromete a qualidade da informação, pois a participação deste componente corresponde a mais de 85% do PIB, e a evolução do PIB calculada pelas Contas Regionais é derivada de estatísticas sobre o VABpb, sendo comum o uso dessa variável para análise de comportamento econômico. Informação disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novportal/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?=&t=o-que-e> >. Acesso em: 19 de maio de 2018.

10 Para informações populacionais, foi utilizada a estimativa populacional anual do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017).

7 Com destaque para políticas de estímulo ao rendimento, em detrimento das políticas voltadas para atividade produtiva.

8 O indicador de produtividade do trabalho por setor de atividade foi obtido pela razão entre o VABpb e a população ocupada.

Como são usadas duas fontes diferentes, a PNAD e o SCR, foi necessário um reagrupamento dos setores de atividades. Ambas, PNAD e SCR, foram elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mas a classificação das atividades econômicas para agregação setorial se difere entre

elas. A agregação setorial da PNAD foi realizada com base na CNAE Domiciliar, enquanto, para o SCR, o IBGE utilizou a Classificação Nacional da Atividade Econômica (CNAE) 2.0. Os critérios de agregação realizados para a compatibilização das CNAE 2.0 e CNAE Domiciliar estão resumidos no Quadro 1.¹¹

Quadro 1 – Critério de compatibilização e agregação dos setores de atividade

Setores de Atividade	Contas Regionais - atividades econômicas	CNAE 2.0 (seção)	CNAE Domiciliar (seção)	PNAD - composição dos grupamentos de atividade e correspondência com CNAE 2.0
Agropecuária	Agropecuária	A	A e B	Agrícola
Indústria de transformação	Indústria de transformação	C	D	Indústria de transformação (exceto edição, impressão e reprodução de gravações*)
Outras atividades industriais	Indústria extrativa	B	C	Outras atividades industriais (indústria extrativa)
	Eletricidade e gás, água, esgoto, atividade de gestão de resíduos e descontaminação	D-E	E-O	Outras atividades industriais (eletricidade, gás e água quente, captação, tratamento e distribuição de água); limpeza urbana e esgoto
Construção civil	Construção	F	F	Construção
Comércio	Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	G	G	Comércio e reparação
Serviços tradicionais	Transporte, armazenagem e correio	H	I	Transporte, armazenagem e comunicação (exceto atividades de telecomunicação)
	Alojamento e alimentação	I	H	Alojamento e alimentação
	Educação e saúde privada	P-Q	M-N	Educação, saúde e serviços sociais (exceto saúde e educação pública e atividades de veterinária)
Serviços modernos	Informação e comunicação	J	D-I-K	Edição, impressão e reprodução de gravações; atividades de telecomunicações e atividades de informática.
	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	K	J	Outras atividades (intermediação financeira, exclusive seguros e previdência privada; seguros e previdência privada; atividades auxiliares da intermediação financeira)
	Atividades Imobiliárias	L	K	Outras atividades - atividades imobiliárias
	Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	M-N	K	Outras atividades (Pesquisa e desenvolvimento das ciências sociais e humanas; serviços prestados principalmente às empresas; aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores ou operadores e de objetos pessoais e domésticos); atividades de veterinária.
Outros serviços	Outras atividades de serviços	R-S-U-T	O-P-Q-R	Atividades mal definidas; serviços domésticos; outros serviços sociais coletivos e pessoais (exceto limpeza urbana, esgoto e atividades conexas); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais; manutenção e reparação de máquinas de escritório e de informática.
Administração pública	Administração pública, defesa, educação e saúde pública e seguridade social	O-P-Q	L-M-N	Administração pública - administração pública, defesa e seguridade social e educação e serviços de saúde pública.

Fonte: Elaborada pelos autores, com base nas informações contidas na CNAE 2.0 e na CNAE Domiciliar.

Nota: * CNAE 2.0 passa a classificar as atividades de edição, impressão e reprodução de gravações como serviços, sendo necessário extrair o pessoal ocupado neste subsetor da indústria de transformação da PNAD e colocar no setor de informação e comunicação.¹²

12 A correspondência do setor de atividade que inclui mais de uma seção da classificação da CNAE 2.0 e da CNAE Domiciliar está associada às agregações realizadas pelas Contas Regionais e ao processo de compatibilização das duas CNAE. Por exemplo, a seção M da CNAE 2.0 corresponde aos setores de atividades profissionais, científicas e técnicas e a seção N às Atividades administrativas e serviços complementares, que foram agrupadas pelas contas regionais em um único setor de atividade. Essas mesmas atividades estão classificadas na CNAE Domiciliar, na seção K. No entanto, na seção K da CNAE Domiciliar, há, ainda, outras atividades que não pertencem nem à seção M nem à seção N da CNAE 2.0. Neste sentido, existem, na tabela, casos de repetição de seção, por conta das diferenças de agregações e classificações de subsetores entre CNAE 2.0 e CNAE Domiciliar. Para maiores detalhes, consultar a estrutura de classificação da CNAE Domiciliar e CNAE 2.0. Disponível em: < <http://www.>

11 No que tange aos dados da PNAD para a região Norte, no ano de 2003, a pesquisa não cobria a população residente nas áreas rurais. Só a partir de 2004 foi que a PNAD incorporou esse contingente populacional, o que impacta principalmente no cálculo da ocupação do setor primário, principal atividade econômica da população rural. Nesse sentido, os dados de produtividade do setor agrícola (medido pela razão entre valor adicionado e população ocupada no setor) anteriores a 2004 não refletem a real condição de produtividade do setor na região. De todo modo, é importante manter essa população rural para a região nos dados dos anos seguintes, por retratar as reais condições de composição da ocupação setorial e os aspectos de produtividade da região.

No processo de reagrupamento dos setores de atividades, o setor de serviços foi organizado em três grandes grupos, e buscou-se, dentro das possibilidades de desagregações fornecidas pelas Contas Regionais, agregar os subsetores segundo a natureza do trabalho e o nível de produtividade. Assim, foram agrupados nos serviços tradicionais os setores cuja produtividade do trabalho, para o conjunto da economia brasileira, em 2003, ficou entre R\$ 20,00 e 50,00 mil (em valores constantes de 2015). Os setores cuja produtividade média do trabalho ultrapassou R\$ 50,0 mil foram agrupados como serviços modernos. Por outro lado, a rubrica “outros serviços” engloba um conjunto amplo de serviços, cuja produtividade média do trabalho ficou muito abaixo dos R\$ 20,00 mil, em 2003. As características de produtividade foram importantes nesta pesquisa para delinear o quadro demonstrativo da heterogeneidade estrutural, presente de forma mais acentuada na economia da região Nordeste.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Trajetória do crescimento econômico e populacional do Brasil e das regiões brasileiras

A região Nordeste, em comparação ao Brasil e às regiões Sul e Sudeste, destacou-se em relação às variáveis VABpb, em todos os subperíodos analisados, crescendo a taxas superiores, nos subperíodos de ciclo expansivo (2003/2007 e 2007/2013), e decrescendo menos, no subperíodo recessivo (2013/15). Comportamento semelhante foi registrado para a variável VABpb per capita, em que apenas no subperíodo de 2003 a 2007 o Sudeste apresentou taxa de crescimento superior ao registrado no Nordeste. Nos demais subperíodos, a região Nordeste registrou dinamismo mais elevado que as regiões mais desenvolvidas do país para essas duas variáveis.

Tabela 1 – Brasil e Regiões: dados gerais da dinâmica populacional e econômica, 2003/2015

Área Geográfica	Distribuição da População (%)		Tx. de cresc. da população (%) a.a)	Participação do VABpb a preços constantes (%)		Taxa média de crescimento do VABpb (% a.a)				Percentual relativo do VABpb per capita		Taxa média de crescimento do VABpb per capita (% a.a)			
	2003	2015		2003/2015	2003	2015	2003/2007	2007/2013	2013/2015	2003/2015	2003	2015	2003/2007	2007/2013	2013/2015
Brasil	100,0	100,0	1,2	100,0	100,0	4,5	3,3	-1,4	2,9	100,0	100,0	3,5	1,8	-2,2	1,7
Centro-Oeste	7,0	7,6	1,9	8,8	9,9	5,0	4,5	0,2	3,9	126,9	131,7	3,2	2,3	-1,3	2,0
Sul	14,7	14,3	1,0	18,2	16,9	3,4	3,0	-1,9	2,3	123,4	118,0	2,7	1,7	-2,7	1,3
Sudeste	42,6	41,9	1,1	54,2	53,2	4,7	3,0	-1,9	2,7	127,3	126,7	3,8	1,6	-2,6	1,6
Norte	7,8	8,5	2,0	4,9	5,5	5,7	4,1	0,2	4,0	62,5	64,6	4,2	1,5	-1,2	1,9
Nordeste	27,9	27,7	1,1	14,0	14,5	4,7	3,5	-0,4	3,2	50,0	52,4	3,6	2,2	-1,1	2,1

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do SCR (2015) e do IBGE (2017).

Nota: valores deflacionados pelo índice de preços do SCR (2015), valores a preços constantes de 2015.

Considerando o período como um todo, os dados da Tabela 1 também mostraram que a taxa média de crescimento do VABpb do Nordeste foi maior do que a registrada nacionalmente e as registradas no Sul e no Sudeste. No entanto, o reflexo desta taxa mais elevada, em termos de participação do VABpb da região em relação total, foi tímido. O Nordeste chegou ao final do período do recorte temporal (2015) com uma participação no VABpb total de 14,5%, apresentando um ganho relativo de participação de apenas 0,5

p.p., entre 2003 e 2015. O Sudeste, região mais dinâmica do país, apresentou perda relativa de participação de 1,0 p.p., no mesmo período.

O Nordeste, além de ter baixo peso de participação no VABpb e, conseqüentemente, no PIB nacional, respondendo por menos de 1/6 da produção do país, concentra quase 1/3 da população brasileira. Esta característica não se modificou, como se observa na Tabela 1, pois a taxa de crescimento populacional na região Nordeste, entre 2003 e 2015, mostrou-se apenas levemente menor que a nacional, 1,1% e 1,2% a.a., respectivamente. Em 2015, o Nordeste concentrava 27,7%

cnaedom.ibge.gov.br/estrutura.asp?TabelaBusca=CNAE_100@CNAE%20Domiciliar >. Acesso em 23 de maio de 2018.

da população total brasileira. No entanto, essa taxa de crescimento populacional, mesmo que levemente inferior à registrada nacionalmente, contribuiu para o dinamismo mais acelerado do VABpb per capita nordestino, ao longo do período de análise. Este resultado possibilitou um leve movimento de convergência dessa variável, em relação ao VABpb per capita nacional, passando de 50,0% da média nacional, em 2003, para 52,4%, em 2015, como exposto na Tabela 1. Este movimento de convergência foi pouco expressivo e não representou mudança significativa em relação ao perfil distributivo per capita da região Nordeste, que continuou a girar em torno de 50% da média nacional e 40% da média do Sudeste, em todos os anos que compreendem o período de 2003 a 2015, conforme dados das contas regionais. Mesmo diante de um cenário econômico mais acelerado por períodos prolongados, o processo de convergência do produto per capita para a região Nordeste mostrou-se lento, evidenciando que transformações em situações consolidadas de desigualdades acentuadas são processos demorados e complexos. O aspecto estrutural do atraso relativo da região Nordeste, que se expressa nesse indicador, pode ser pensado analogamente para diversos outros, tendo em vista o histórico de persistência da condição periférica do Nordeste.

4.2 Estrutura setorial e nível de produtividade: a heterogeneidade estrutural no Nordeste

A análise da distribuição setorial da atividade econômica na Tabela 2 revelou um primeiro aspecto da permanência da heterogeneidade estrutural regional e da ausência de mudanças estruturais. A indústria de transformação, apon-

tada na literatura como o principal setor na promoção do desenvolvimento material e de transformações estruturais, apresentou perda de participação no VABpb, de forma contínua e significativa, para o conjunto das macrorregiões brasileiras, exceto em 2007 e 2013, na região Centro-Oeste.¹³ Também ocorreu, para o conjunto das cinco macrorregiões do país, uma queda contínua da participação da agropecuária no VABpb.

As perdas de participação da indústria de transformação ocorreram de forma mais acentuada nas regiões Sudeste e Sul. O comportamento do setor da indústria de transformação na economia brasileira está associado ao processo de desindustrialização em curso no país, desde os anos 80.¹⁴ Esta tendência, apesar de mais expressiva nas regiões desenvolvidas do país, onde se concentra o parque industrial brasileiro, não deixa de atingir as regiões menos desenvolvidas, tendo em vista a condição de integração com a economia nacional. Na região Nordeste, a perda de participação do setor da indústria de transformação foi de 2,6 p.p., e para outras atividades industriais, foi de 2,2 p.p., entre 2003 a 2015. Para esta última, o Nordeste registrou a maior perda entre as regiões. Por outro lado, as atividades de construção civil, comércio e serviços tradicionais foram os principais setores a apresentarem ganhos de participação, no período de análise, para o conjunto das regiões. Para o Nordeste, enquanto o comércio ampliou participação no VABpb em 3,6 p.p. e os serviços tradicionais, em 1,9 p.p., entre 2003 e 2015, o setor de serviços modernos ampliou sua participação em apenas 0,1 p.p., no mesmo período. O maior ganho de participação da atividade produtiva da construção civil no VABpb ocorreu no Nordeste.

13 A indústria de transformação é considerada estratégica para mudanças estruturais, pela sua característica de encadeamentos produtivos, de agregação de valor aos produtos, pelos maiores ganhos de produtividade, com participação mais significativa na geração de emprego, além de ser um setor indutor para a evolução na infraestrutura econômica - transporte e energia e comunicação (CANO, 2014).

14 Sobre o processo de desindustrialização no Brasil, ver Oreiro e Feijó (2010) e Cano (2012).

Tabela 2 – Brasil e Regiões: composição setorial do VABpb, 2003, 2007, 2013 e 2015, %

Área Geográfica	Agropecuária	Indústria de transformação	Outras Atividades industriais	Construção civil	Comércio	Serviços tradicionais	Serviços modernos	Outros serviços	Administração pública	Total
2003										
Brasil	7,2	16,9	5,5	4,6	9,5	8,8	27,9	3,6	16,0	100,0
Norte	11,4	15,5	6,6	5,1	10,4	6,7	17,0	3,1	24,2	100,0
Nordeste	10,8	11,6	5,8	5,1	10,2	8,5	21,6	3,1	23,3	100,0
Sudeste	3,1	18,5	6,1	4,7	8,5	9,6	32,6	3,8	13,0	100,0
Sul	12,7	21,0	3,5	4,2	12,0	8,5	22,6	3,4	12,1	100,0
Centro-Oeste	14,0	7,3	4,1	4,0	9,7	6,1	24,3	3,5	27,0	100,0
2007										
Brasil	5,2	16,6	6,0	4,6	11,7	9,0	27,3	3,4	16,3	100,0
Norte	7,9	15,2	6,3	5,8	12,8	7,6	17,1	3,0	24,3	100,0
Nordeste	8,1	10,5	5,9	5,6	12,8	8,8	20,8	3,3	24,2	100,0
Sudeste	2,8	18,4	6,8	4,3	10,6	9,4	31,4	3,5	12,7	100,0
Sul	8,6	20,5	3,9	4,4	14,3	9,2	23,3	3,2	12,6	100,0
Centro-Oeste	8,3	7,7	4,0	4,4	11,3	7,3	24,6	3,5	29,0	100,0
2013										
Brasil	5,3	12,3	6,2	6,4	13,5	10,4	26,6	3,0	16,4	100,0
Norte	10,6	9,5	11,9	7,4	12,4	7,4	14,6	2,3	23,8	100,0
Nordeste	6,2	7,8	4,2	8,3	14,7	10,2	21,2	3,0	24,3	100,0
Sudeste	2,3	12,7	7,7	6,1	12,8	11,4	31,2	3,1	12,8	100,0
Sul	9,4	18,1	2,8	5,6	15,6	9,9	22,5	2,7	13,3	100,0
Centro-Oeste	10,9	7,8	3,0	6,0	12,6	7,5	22,5	3,1	26,5	100,0
2015										
Brasil	5,0	12,2	4,5	5,7	13,3	10,8	28,2	3,0	17,2	100,0
Norte	10,6	10,1	7,8	7,0	12,7	7,5	16,5	2,4	25,3	100,0
Nordeste	6,5	9,0	3,6	7,3	13,8	10,4	21,7	3,0	24,7	100,0
Sudeste	2,1	12,8	5,2	5,4	12,8	11,8	33,4	3,1	13,5	100,0
Sul	8,4	17,0	3,1	5,3	15,2	10,8	23,6	2,7	13,9	100,0
Centro-Oeste	9,7	7,1	3,3	5,4	12,2	8,5	24,0	2,8	26,9	100,0

Fonte: Elaborada pelos autores, com base nos dados do SCR (2015).

Neste sentido, o dinamismo econômico mais promissor que registrou a economia nordestina, ao longo do período de análise (Tabela 1), não se deu pelo impulso de atividades mais produtivas, de maior valor agregado. Se, por um lado, houve perda de participação do setor primário, com a região Nordeste registrando a mais acentuada (4,4 p.p.), por um lado, os setores industriais dotados de maior capacidade de progresso técnico também perderam participação no VABpb total, em 4,8 p.p. (indústria de transformação e outras atividades industriais). Esse espaço não foi preenchido pelo setor de serviços modernos (que também tem característica de alta produtividade). Tais espaços foram preenchidos, principalmente, por setores de baixa produtividade: construção, comércio e serviços tradicionais.

Tendo em vista o referencial teórico abordado neste estudo, um dos elementos necessários para a condução de mudanças estruturais, consequentemente, no quadro de heterogeneidade estrutural, não foi observado na economia nordestina.

Não foi registrada a ampliação da participação, no produto final, de setores caracterizados por maior valor agregado.

Uma das explicações apontadas para este comportamento da composição setorial nordestina, em um contexto de dinamismo econômico acelerado, foi a ausência de um ciclo virtuoso, com características duradouras para os níveis de consumo, investimento e produção. Para Brandão (2011), na primeira década de 2000, período do ciclo econômico mais expansivo nas regiões menos desenvolvidas, os “vazamentos de renda” estiveram presentes, dificultando o desenvolvimento de relações de interramificações, interregionalidades e interurbanidades de forma mais significativa. Essa tendência parece ter permanecido na primeira metade da década de 2010, pois os setores com características de produtividade mais elevada não ampliaram participação na economia nordestina, em 2013 e em 2015, conforme os resultados registrados na Tabela 2. Isso revela, portanto, limitações do novo padrão de crescimento no processo

de transformação da estrutura produtiva de regiões com características periféricas.

Em paralelo à análise da trajetória setorial, na composição do VABpb, olhou-se a composição de pessoal ocupado nos respectivos setores. Os resultados constam na Tabela 3. A queda de participação da agropecuária, no VABpb, foi acompanhada por uma menor participação da ocupação no setor. No entanto, a composição das duas variáveis, VABpb e população ocupada na agropecuária, registraram pesos de participação muito distintos, sendo também

muito diferente a expressividade da redução de participação registrada no período.¹⁵ Se, para o conjunto do país, a agropecuária perdeu participação de 2,2 p.p. no VABpb, na ocupação, essa redução foi de 6,6 p.p., com o setor registrando uma retração em termos absolutos no volume de pessoas ocupadas. Para o Nordeste, apesar da queda de participação na ocupação de 13,2 p.p., o setor continuou predominando em termos de importância na absorção de mão de obra, numa proporção que chega a 3,6 vezes a participação do mesmo setor no VABpb da região.

Tabela 3 – Brasil e Regiões: composição da ocupação, segundo atividade econômica, 2003, 2007, 2013 e 2015, %

Área Geográfica	Agropecuária	Indústria de transformação	Outras Atividades industriais	Construção civil	Comércio	Serviços tradicionais	Serviços modernos	Outros serviços	Administração pública	Total
2003										
Brasil	20,7	13,1	1,0	6,5	17,7	12,0	7,6	11,5	9,8	100,0
Norte	12,8	12,0	1,1	8,0	21,6	11,3	5,2	12,4	15,5	100,0
Nordeste	37,1	8,2	1,0	5,2	16,2	9,2	4,1	9,2	9,7	100,0
Sudeste	10,4	15,5	1,1	7,2	18,5	14,4	10,4	13,3	9,2	100,0
Sul	23,9	16,6	0,7	6,2	16,4	10,7	7,0	10,0	8,5	100,0
Centro-Oeste	17,8	9,8	1,1	7,2	18,9	11,6	7,9	13,0	12,6	100,0
2007										
Brasil	18,5	13,9	1,0	6,7	17,9	12,2	8,1	11,6	10,0	100,0
Norte	23,8	11,8	1,2	7,0	18,1	10,0	4,9	10,4	12,8	100,0
Nordeste	32,4	9,1	0,9	5,9	16,5	9,7	4,9	10,4	10,3	100,0
Sudeste	8,9	16,7	1,2	7,1	18,7	14,3	10,7	12,9	9,4	100,0
Sul	19,6	17,2	0,9	6,4	17,8	11,8	7,7	10,0	8,6	100,0
Centro-Oeste	16,3	10,4	0,9	7,6	18,6	12,0	8,8	13,3	12,2	100,0
2013										
Brasil	14,5	12,3	0,9	9,2	17,8	14,2	9,1	10,6	11,3	100,0
Norte	22,5	9,6	1,2	9,5	17,4	11,3	4,9	8,9	14,7	100,0
Nordeste	24,8	8,4	0,8	8,9	17,1	12,2	5,5	9,9	12,4	100,0
Sudeste	7,5	13,8	1,0	9,3	18,1	16,3	12,0	11,8	10,2	100,0
Sul	14,1	17,2	0,7	8,8	17,8	13,4	8,7	9,1	10,1	100,0
Centro-Oeste	11,5	10,0	1,0	9,8	18,7	13,6	10,2	11,6	13,6	100,0
2015										
Brasil	14,1	11,4	0,9	9,0	18,2	15,0	9,3	10,9	11,2	100,0
Norte	22,4	8,2	1,2	9,3	18,5	12,2	4,7	9,2	14,3	100,0
Nordeste	23,9	7,8	0,8	9,1	18,1	12,6	6,0	9,9	11,7	100,0
Sudeste	7,5	12,7	1,1	9,0	18,0	17,2	12,2	12,2	10,2	100,0
Sul	13,3	16,8	0,8	8,4	18,3	13,8	9,1	9,7	9,9	100,0
Centro-Oeste	11,9	9,0	0,8	9,2	18,7	15,3	9,6	11,8	13,8	100,0

Fonte: Elaborada pelos autores, com base nos dados da PNAD (2003, 2007, 2013, 2015).

A indústria de transformação também perdeu participação na ocupação em todas as regiões, em 2015, em relação a 2003, exceto na região Sul. Esse movimento de perdas já apareceu registrado para algumas regiões, no ano de 2013, tanto em relação a 2003 quanto em relação a 2007, ano em que a indústria de transformação conseguiu ampliar o peso de participação na ocupação para a maioria das regiões.

De modo geral, o que se observou no comportamento da composição ocupacional da região Nordeste, entre 2003 e 2015, foi que os espaços

15 Tendo em vista a mudança metodológica da PNAD, a partir de 2004, com a inclusão da população rural da região Norte na pesquisa, quando se faz referência aos ganhos ou perdas de participação para todas as regiões entre o período de 2003 e 2015, para esta região em específico foi considerado como referência as mudanças de percentuais registradas a partir do recorte anual de 2007.

de perdas relativas registradas pela agropecuária, a indústria da transformação e outras atividades industriais foram preenchidos, sobretudo, pelos setores da construção civil, dos serviços tradicionais e da administração pública. Foram estes setores que registraram os maiores ganhos relativos na ocupação no período de análise, com destaque para os dois primeiros (3,9 e 3,4 p.p., respectivamente). Para o conjunto da economia nacional, construção civil e serviços tradicionais registram ganhos relativos de 2,5 e 3,0 p.p., respectivamente no mesmo período. Em relação às regiões mais desenvolvidas, incluindo também o Centro-Oeste, o setor serviços modernos registrou maior ampliação no peso relativo da ocupação que a administração pública.

Feitas as considerações gerais sobre a composição setorial no VABpb e na ocupação nas macrorregiões do espaço geográfico brasileiro, seguiu-se com a análise dos dados sobre a produtividade do trabalho para os respectivos setores, conforme mostrado na Tabela 4. Ao longo de todo o período, a região Nordeste registrou a menor produtividade do trabalho, para todos os setores de atividade produtiva, preservando um distanciamento bastante acentuado em relação à média de produtividade setorial registrada nacionalmente.

A produtividade do trabalho na agropecuária registrou a maior taxa de crescimento, entre 2003 e 2015, para todas as regiões brasileiras, mas continuou sendo o setor menos produtivo, exceto para a região Centro-Oeste. Tal comportamento pode ser associado ao processo de modernização nas atividades agrícolas, em função da expansão do agronegócio, que se concentra, principalmente, nesta região. Comparando a região Centro-Oeste com a Nordeste, onde se registra a menor produtividade em termos absolutos, neste setor, verifica-se aumento do diferencial de produtividade. Este fato mostra uma piora na heterogeneidade do setor entre as duas regiões.

Os setores de construção civil e serviços tradicionais, ambos de baixa produtividade, ampliaram sua participação no VABpb e na ocupação, ao longo do período, mas tiveram retração na produtividade do trabalho na maioria das macrorregiões. Neste sentido, mesmo que a produtividade do trabalho para o total das atividades econômicas das regiões tenha apresentado

crescimento, não houve um movimento de maior convergência de produtividade entre os diferentes setores produtivos.

No outro extremo, outras atividades industriais e serviços modernos, subsectores com maior produtividade do trabalho no setor da indústria e no setor de serviços, respectivamente, apresentaram ganho de produtividade em todas as regiões, ao longo do período analisado.

Os setores cuja produtividade do trabalho foi reduzida ou se manteve estagnada ampliaram a heterogeneidade intersetorial, em relação aos setores mais produtivos que apresentaram ganhos de produtividade. Por outro lado, se esse movimento oposto ocorre entre subsectores de um mesmo setor, a característica de aprofundamento de heterogeneidade intrassetorial também acontece. Ambos os movimentos foram observados para a economia brasileira como um todo e para a região Nordeste, em particular, conforme dados da Tabela 4. Considerando a produtividade do trabalho da construção civil e dos serviços tradicionais¹⁶ em comparação aos setores outras atividades industriais, serviços modernos e indústria de transformação, houve ampliação no diferencial de produtividade do trabalho, para o Brasil, especialmente para o Nordeste, no ano de 2015, comparado ao ano de 2003. Essa piora foi observada pela queda na razão entre produtividade do trabalho dos dois primeiros setores e na produtividade do trabalho dos três últimos.

Para o Nordeste, a razão entre a produtividade do trabalho da construção civil em relação aos três setores – outras atividades industriais, serviços modernos e indústria de transformação – caiu de forma mais acentuada. A razão entre a produtividade do trabalho da construção civil e da indústria de transformação, assim como a razão entre a produtividade do trabalho das atividades dos serviços tradicionais e modernos são exemplos de ampliação da heterogeneidade intrassetorial. Esses aspectos revelaram que a heterogeneidade estrutural – a presença de nível de produtividade do trabalho muito distinto entre os setores produtivos – entre alguns setores produtivos foi aprofundada em ambos os espaços geográficos, mas esse diferencial tornou-se mais amplo no Nordeste.

¹⁶ Setores que, historicamente, têm como característica a baixa produtividade e que registraram ganhos relativos expressivos no VABpb e na ocupação, no recorte temporal em análise.

Tabela 4 – Brasil e Regiões: produtividade do trabalho, segundo atividade econômica, 2003, 2007, 2013 e 2015 (R\$ mil constantes de 2015)

Área Geográfica	Agropecuária	Indústria de transformação	Outras Atividades industriais	Construção civil	Comércio	Serviços tradicionais	Serviços modernos	Outros serviços	Administração Pública (AP)	Total	Total sem AP
2003											
Brasil	10,8	53,9	193,1	35,9	32,4	42,1	142,5	14,0	88,8	45,6	40,9
Norte	39,6	40,2	247,8	29,7	21,0	25,8	115,8	8,9	77,1	41,6	35,1
Nordeste	4,3	29,0	83,8	27,3	17,4	25,1	99,5	8,0	70,3	23,1	18,0
Sudeste	12,1	61,5	251,2	40,0	38,5	49,2	157,3	16,0	93,5	57,8	54,2
Sul	16,3	64,3	201,3	34,5	42,2	49,2	137,4	18,3	84,5	48,9	45,6
Centro-Oeste	27,3	36,4	169,6	41,0	37,3	39,8	141,2	14,9	141,2	55,8	43,5
2007											
Brasil	12,0	53,9	200,0	36,7	36,5	42,6	149,3	13,4	86,7	48,3	44,1
Norte	14,0	34,4	185,4	30,8	22,4	23,3	101,4	8,3	69,7	32,9	27,5
Nordeste	5,5	29,8	103,3	29,1	21,1	25,3	97,3	7,5	68,1	25,6	20,7
Sudeste	14,6	61,7	253,4	41,0	43,8	51,2	171,5	16,1	91,0	62,1	59,1
Sul	20,0	65,2	176,4	36,4	43,8	47,7	139,5	16,3	85,8	52,2	49,1
Centro-Oeste	28,8	38,2	218,5	40,5	42,6	40,3	146,8	14,2	143,1	58,7	47,0
2013											
Brasil	17,4	60,8	244,4	37,5	42,8	41,2	166,3	14,9	80,4	55,1	51,9
Norte	16,8	44,5	227,1	32,8	28,2	24,9	124,9	9,5	64,3	38,0	33,4
Nordeste	6,8	35,2	129,5	28,7	25,7	25,2	118,1	9,1	61,0	30,7	26,4
Sudeste	18,7	71,4	309,1	42,4	50,6	48,9	187,5	17,6	87,3	68,9	66,9
Sul	31,8	66,0	238,4	36,0	51,7	45,6	153,4	17,3	78,0	58,9	56,8
Centro-Oeste	53,1	47,0	228,4	44,8	48,7	41,1	156,4	16,4	131,4	68,0	58,0
2015											
Brasil	19,2	57,8	260,8	34,6	39,6	39,2	163,3	14,6	83,3	54,1	50,4
Norte	17,9	46,5	251,0	28,6	25,8	23,2	131,6	9,7	66,5	37,7	32,8
Nordeste	8,4	35,8	136,2	24,9	23,7	25,5	111,3	9,4	65,5	31,0	26,4
Sudeste	18,6	67,3	325,7	39,9	47,6	45,7	183,6	16,9	88,1	66,7	64,3
Sul	36,7	58,5	230,6	36,9	48,3	45,1	150,6	16,4	81,7	58,0	55,4
Centro-Oeste	54,9	53,3	269,2	39,5	43,7	37,5	167,7	16,2	130,9	67,1	56,9

Fonte: Elaborada pelos autores, com base nos dados do SCR (2015) e PNAD (2003, 2007, 2013, 2015).

Nota: valores deflacionados pelos índices de preços de cada atividade produtiva do VABpb que constam na conta de produção do SCR (2015).

Uma forma de avaliar a evolução da heterogeneidade setorial regional pode ser pela razão entre a produtividade do setor de atividade produtiva de cada região em relação à produtividade total dos respectivos setores (Tabela 5). Neste aspecto, o cenário de heterogeneidade estrutural na região Nordeste praticamente não muda. As razões das produtividades dos setores da região, em relação aos setores do conjunto da economia brasileira, não tiveram grandes alterações. A produtividade do trabalho da agropecuária da região Nordeste, em 2003, registrou uma razão de 0,40, em relação à produtividade total da agropecuária. Em 2015, houve uma pequena ampliação, chegando a 0,44. Este resultado significou uma leve redução no distanciamento entre a produtividade do trabalho deste setor entre os dois espaços geográficos. Esse movimento de leve convergência de produtividade,

entre Nordeste e Brasil, também foi observado para indústria de transformação, outras atividades industriais, comércio, serviços tradicionais e outros serviços. Movimento oposto se observa para os setores de construção civil e serviços modernos, em que houve retração na razão da produtividade setorial. A relação da produtividade da administração pública, entre Nordeste e Brasil, não se modificou no período de análise.

Pelo resultado da razão entre o nível de produtividade total da economia nordestina e da economia brasileira, observou-se um movimento de redução no diferencial de produtividade do trabalho entre Nordeste e Brasil. A razão entre as produtividades passou de 0,51, em 2003, para 0,57, em 2015. Essa é uma redução entre os níveis de produtividade muito tímida, frente às altas taxas de crescimento econômico registradas anualmente pela região Nordeste, no período de análise.

Tabela 5 – Regiões: Razão entre a produtividade do trabalho do setor da região em relação à produtividade total do setor, 2003, 2007, 2013, 2015

Área Geográfica	Agropecuária	Indústria de transformação	Outras atividades industriais	Construção civil	Comércio	Serviços tradicionais	Serviços modernos	Outros serviços	Administração pública	Total
2003										
Norte	3,66	0,75	1,28	0,83	0,65	0,61	0,81	0,64	0,87	0,91
Nordeste	0,40	0,54	0,43	0,76	0,54	0,60	0,70	0,57	0,79	0,51
Sudeste	1,12	1,14	1,30	1,11	1,19	1,17	1,10	1,14	1,05	1,26
Sul	1,51	1,19	1,04	0,96	1,30	1,17	0,96	1,31	0,95	1,08
Centro-Oeste	2,52	0,68	0,88	1,14	1,15	0,94	0,99	1,06	1,59	1,22
2007										
Norte	1,17	0,64	0,93	0,84	0,61	0,55	0,68	0,62	0,80	0,68
Nordeste	0,46	0,55	0,52	0,79	0,58	0,59	0,65	0,56	0,79	0,53
Sudeste	1,21	1,15	1,27	1,12	1,20	1,20	1,15	1,20	1,05	1,28
Sul	1,66	1,21	0,88	0,99	1,20	1,12	0,93	1,22	0,99	1,08
Centro-Oeste	2,40	0,71	1,09	1,10	1,17	0,94	0,98	1,06	1,65	1,21
2013										
Norte	0,96	0,73	0,93	0,87	0,66	0,60	0,75	0,64	0,80	0,69
Nordeste	0,39	0,58	0,53	0,77	0,60	0,61	0,71	0,61	0,76	0,56
Sudeste	1,07	1,18	1,26	1,13	1,18	1,19	1,13	1,18	1,09	1,25
Sul	1,82	1,09	0,98	0,96	1,21	1,11	0,92	1,16	0,97	1,07
Centro-Oeste	3,04	0,77	0,93	1,20	1,14	1,00	0,94	1,10	1,63	1,24
2015										
Norte	0,93	0,81	0,54	0,83	0,65	0,59	0,36	0,66	0,80	0,70
Nordeste	0,44	0,62	0,52	0,72	0,60	0,65	0,68	0,64	0,79	0,57
Sudeste	0,97	1,17	1,25	1,15	1,20	1,17	1,12	1,16	1,06	1,23
Sul	1,91	1,01	0,88	1,07	1,22	1,15	0,92	1,12	0,98	1,07
Centro-Oeste	2,85	0,92	1,03	1,14	1,10	0,96	1,03	1,11	1,57	1,24

Fonte: Elaborada pelos autores, com base nos dados do SCR (2015) e PNAD (2003, 2007, 2013, 2015).

Portanto, a evolução dos níveis de produtividade registrados nos diferentes setores de atividade econômica na região Nordeste ocorreu com manutenção de forte dessemelhança de produtividade entre eles, internamente na região e quando comparada à produtividade do total da economia. Pelas características setoriais e pela interpretação destes resultados, à luz da categoria de heterogeneidade estrutural, pode-se dizer que o modelo de crescimento e desenvolvimento processado no período de análise guardou forte semelhança com um tipo de crescimento de “absorção de emprego”, com débil mudança estrutural, conforme abordado no trabalho da Cepal (2012). Por outro lado, esse resultado também vai ao encontro da abordagem feita por Pinto (2000, p. 578), que, ao discutir a categoria de heterogeneidade estrutural, afirma que a condição e a permanência da heterogeneidade estrutural “em alguns casos, não significa uma piora absoluta da situação dos ‘marginalizados’, mas que quase sempre implicará um distanciamento das situações relativas”. Esta condição foi observada no comportamento da evolução do nível de produtividade dos setores de construção civil e serviços tradicionais, em

comparação ao nível de produtividade dos setores da indústria de transformação, outras atividades industriais e serviços modernos da região Nordeste. Os dois primeiros registraram os maiores ganhos de participação no VABpb e na ocupação; porém, o aumento na produtividade do trabalho entre eles se deu com ampliação do distanciamento do nível de produtividade, ou seja, ocorreu “um distanciamento das situações relativas” de produtividade do trabalho entre setores com característica de baixa produtividade e aqueles dotados de alta produtividade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar o comportamento da estrutura produtiva da região Nordeste, no período de 2003 a 2015, com foco na evolução dos dados setoriais. Essas são variáveis relevantes para identificar se o perfil das mudanças ocorridas na atividade produtiva teve características estruturais.

Os resultados mostraram que, ao longo do período de análise, o Nordeste brasileiro não registrou

ganhos qualitativos na composição setorial do VABpb. Pelo contrário, houve perda, em função da retração da participação dos setores industriais de maior produtividade no VABpb total da região, e estagnação da participação do setor de serviços modernos. Este foi um dos fatores mais evidentes da ausência de mudança estrutural na atividade produtiva nordestina, no período de análise.

O dinamismo econômico mais intenso registrado na economia nordestina, portanto, esteve atrelado à dinâmica dos setores de baixa produtividade do terciário e da construção civil. Foram estes, também, os setores a demandarem maior volume de mão de obra e a ganharem participação na composição ocupacional, sem transformar suas características de produtividade do trabalho. Na comparação dos níveis de produtividade do trabalho entre os setores de atividade do Nordeste, foi observada uma ampliação no hiato de desigualdade entre os setores mais produtivos e os menos produtivos que ganharam peso relativo no produto nordestino. Neste sentido, as condições de heterogeneidade estrutural inter e intrasetorial, na própria região, se ampliaram. Estes foram os outros fatores reveladores da ausência de mudanças na estrutura produtiva interna da região Nordeste.

Esse comportamento setorial interno à região ocorreu em paralelo a uma tímida melhora no diferencial de produtividade do trabalho total da região, em relação à produtividade total da economia nacional. Também houve um pequeno ganho de participação do VABpb da região, no VABpb nacional, e leve movimento de convergência do VABpb per capita. No entanto, esses resultados não foram suficientes para promover maiores transformações na estrutura produtiva e no quadro de heterogeneidade estrutural da região, em relação ao restante do país. Pelos resultados gerais dos dados, constatou-se que a estrutura produtiva nordestina manteve elevado grau de atraso em relação ao restante do país, tanto no que se refere às características da distribuição do VABpb e da ocupação por setores de atividades, quanto no que concerne ao nível de produtividade do trabalho aquém da média de produtividade do país, em todos os setores de atividade econômica.

O novo padrão de crescimento da década de 2000, portanto, não promoveu transformações estruturais, segundo os aspectos que foram avaliados pelos indicadores elaborados para este artigo.

Evidenciando, assim, seu baixo potencial para redução dos desequilíbrios regionais, em termos de estrutura produtiva. Nesse sentido, o aspecto da permanência da heterogeneidade estrutural coloca-se como um elemento importante no debate sobre a questão regional e a necessidade de um processo de retomada de políticas de desenvolvimento regional na agenda política nacional.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. B. **Mercado de trabalho e desigualdade: o Nordeste brasileiro nos anos 2000**. 2017. 319 p. Tese (doutorado em economia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/325695>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

_____; TROVÃO, C. J. B. M. Desigualdade nas mesorregiões nordestinas: uma análise multidimensional dos anos 2000. **Revista Política e Planejamento**, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p. 71-90, 2015.

ARAÚJO, T. B. Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais no governo Lula. In SADER, E. (Org). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 157-172.

_____. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. In GUIMARÃES, P. F. et al. (Orgs). **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014. p. 540-562.

ARAÚJO, V. L. Bancos públicos federais brasileiros e heterogeneidade regional. In: CASTRO, I. S. B. (Org). **Novas interpretações desenvolvimentistas**. Rio de Janeiro: E-papers. 2013.

BNB - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL/INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (INCA). **Nordeste 2022** - estudos prospectivos - documento síntese. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2014.

BIELSCHOWSKY, R. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, número especial, p. 729-747, dez. 2012.

BRANDÃO, C. Estratégias hegemônicas e estruturas territoriais: o prisma analítico das escalas espaciais. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 21, n. 1, p. 303-313, 2011.

BRASIL. **Lei nº 8.742** de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social, 1993.

CANO, W. A desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.21, número especial, p. 831-851, dez. 2012.

_____. (Des)industrialização e (sub)desenvolvimento. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 139-174, jul./dez., 2014.

CEPAL - COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Mudança estrutural para igualdade: Uma visão integrada do desenvolvimento**. Trigésimo quarto período de sessões da CEPAL. Síntese. San Salvador, ago. 2012. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/13948/1/S2012479_pt.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2018.

_____. **Cambio estructural para la igualdad: Una visión integrada del desarrollo**. Santiago, Chile: Naciones Unidas, 2014. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/36700/1/LCG2604s_es.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2018.

GUIMARÃES NETO, L. Mercado de trabalho no Nordeste – 2000-2010: avanços e desafios. In GUIMARÃES, P. F. *et al.* (Orgs). **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014. p. 420-453.

GUSSO, D.; NOGUEIRA, M. O.; VASCONCELOS, L. F. **Heterogeneidade Estrutural: uma retomada conceitual**. Radar n. 14. Brasília, DF: Ipea, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5376/1/Radar_n14_Heterogeneidade.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Microdados. 2003. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=microdados>>. Acesso em: 15 set. 2017.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Microdados. 2007. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=microdados>>. Acesso em: 15 set. 2017.

_____. **Pesquisa nacional por Amostra de Domicílios**. Microdados. 2013. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=microdados>>. Acesso em: 15 set. 2017.

_____. **Pesquisa nacional por Amostra de Domicílios**. Microdados. 2015. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=microdados>>. Acesso em: 15 set. 2017.

_____. **Sistema de Contas Regionais do Brasil**. Referência 2010. Conta produção 2015. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?edicao=18008&t=downloads>>. Acesso em: 17 dez. 2017.

_____. **Estimativa da População para 2017**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=16985&t=resultados>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

MATTEO, M. Heterogeneidade regional. In INFANTE, R.; MUSSI, C.; ODDO, M. (Orgs). **Por um desenvolvimento inclusivo: o caso Brasil**. Santiago/Brasília: Ipea / Cepal / OIT, 2015. pp. 235-254.

MATTOS, F. A. M. e MARTIGNONI, E. M. (2012). Novas tendências do desenvolvimento econômico do Nordeste. Documentos Técnico-Científicos. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 43, n. 02, p. 221-250, abr/jun., 2012.

MONTEIRO NETO, A. *et al.* Desenvolvimento territorial no Brasil: reflexões sobre políticas e instrumentos no período recente e propostas de aperfeiçoamento. In MONTEIRO NETO, A.; BRANDÃO, C. A.; CASTRO, C. N. (Orgs.). **Desenvolvimento regional do Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2017. p. 37-64.

MONTEIRO NETO, A.; BRANDÃO, C. A.; CASTRO, C. N. (Orgs.). **Desenvolvimento regional do Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

NOGUEIRA, M. O.; INFANTE, R.; MUSSI, C. Produtividade do trabalho e heterogeneidade estrutural no Brasil contemporâneo. In DE NEGRI, F.; CAVALCANTE, L. R. (Orgs). **Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes**. Brasília: IPEA, 2014. p. 337-372.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, Carmem A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 219-232, abr./jun., 2010.

PINTO, A. Natureza e implicações da "heterogeneidade estrutural" da América Latina. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org). **Cinquenta anos de pensamento da Cepal**. V. 2, Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 567-588.

RESENDE, G. M. *et al.* Fatos recentes do desenvolvimento regional no Brasil. In RESENDE, G. M. (Ed.). **Avaliação de políticas públicas no Brasil: uma análise de seus impactos regionais**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014. v.1, p. 25-90.